

CLIPPING

Veículo: Circuito Mato Grosso **Data:** 15/10/2012 **Pág:** Online

Furto de madeira é o crime mais difícil de ser fiscalizado na Amazônia, diz ICMBio

O desmatamento é o fato consumado. Significa que não haverá mais uma floresta ali.

SÃO PAULO - Nos últimos anos, o desmatamento na Amazônia Legal perdeu fôlego, mas a floresta amazônica pode estar ficando cada vez mais pobre. Levantamento feito pelo instituto Imazon, que monitora as condições da floresta, mostra que, entre agosto de 2011 e julho de 2012, o desmatamento atingiu 1.047 quilômetros quadrados. A degradação acumulada no período, porém, atingiu quase o dobro da área: 2.002 quilômetros quadrados. Desmatar significa por abaixo todas as árvores, no chamado corte raso. Degradar é fazer a exploração predatória da madeira, retirando sem qualquer critério as árvores de maior valor comercial, ou, simplesmente, atear fogo, fazendo com que a floresta se torne cada vez mais frágil e suscetível a novas invasões.

— O desmatamento é o fato consumado. Significa que não haverá mais uma floresta ali. A degradação acontece aos poucos. A floresta, que é densa e úmida, empobrece. As clareiras abertas pelos invasores fazem com que o sol alcance a terra, que fica seca e torna a vegetação mais frágil — afirma Heron Martins, engenheiro ambiental do instituto.

Ao contrário do desmatamento, a degradação pode aumentar ou regredir. Quando a natureza tem tempo para se regenerar, sem a permanência do homem, surge a chamada floresta secundária, que recomeça com arbustos pequenos até gerar árvores de médio porte, em quantidade menor de espécies. Os animais de grande porte são afugentados e buscam áreas onde a mata é mais densa.

Segundo o Imazon, mesmo áreas que deveriam estar 100% protegidas, como as terras indígenas, seguem sendo degradadas. Quatro terras indígenas estão entre as 10 unidades de conservação com maior perda de floresta natural entre 2009 e 2011 — TI Awá, (MA), TI Maraiwatsede (PA), TI Sarauá (PA) e TI Alto Rio Guamá (MA/PA). A maior perda foi a da TI Awá: 3,5% de sua área total no período. Também no Maranhão, a TI Arariboia sofre com a invasão constante de madeireiros. A perda de biodiversidade é tão grande que os índios dependem de cestas básicas para se alimentar. A caça está cada vez mais distante da aldeia e só pequenos animais são capturados.

— O furto de madeira é o crime mais difícil de ser fiscalizado. Quando chegamos no local, já pegamos a madeira cortada — diz Ana Rafaela Damico, coordenadora da Regional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) em Porto Velho, responsável por 35 unidades de conservação (UCs) em Rondônia, Acre, Sul do Amazonas e Noroeste do Mato Grosso.

Segundo Ana Rafaela, o anúncio de que o governo iria conceder a Floresta Nacional do Jacundá, em Porto Velho, para exploração de madeira por plano de manejo, que busca reproduzir os prazos de recuperação natural da floresta, fez com que as invasões aumentassem.

— Os invasores chegam antes dos concessionários — diz ela.

Mônia Fernandes, da coordenação Regional de Manaus, responsável por Roraima e a região centro-norte do Amazonas, diz que até mesmo a região, onde não havia tanta pressão de desmatamento, começa a preocupar.

— Já registramos desmatamento e queimadas na região da Floresta Nacional do Anauá. Municípios próximos, como Rorainópolis e Caracaráí, estão entre os que mais desmataram — afirma.

De acordo com Mônia, as ações de fiscalização do Pará e o esgotamento de algumas áreas fizeram com que madeiras ilegais migrassem para o Sul de Roraima.

— É uma área bastante rica e a retirada ilegal de madeira nos preocupa. As unidades de conservação não foram criadas apenas para conservar lugares bonitos. Elas cumprem um papel importante na preservação da biodiversidade, evitando que a floresta se fragmente. Sem elas, não há conexão entre a floresta e vamos criar ilhas isoladas — explica.

Tanto unidades de conservação quanto terras indígenas sofrem com desmatamento e degradação. Dados do Imazon mostram que, das dez áreas de proteção com maior perda absoluta de floresta entre 2009 e 2011 por desmatamento, cinco são terras indígenas, que deveriam estar totalmente protegidas. Em média, essas terras perderam juntas 103 km² por ano, mais que o dobro do desmatamento registrado na Floresta Nacional do Jamanxin, no Pará, considerada pelo Imazon a unidade de conservação do país em situação mais crítica, com perda de 43 km por ano entre 2009 e 2011 e que enfrenta problemas de ocupação anteriores à sua criação.

Pecuária é forma de ocupação do território

Francisco Oliveira, diretor do Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, lembra que, em agosto passado, cerca de 310 km² de florestas foram degradadas, o que corresponde a 60% dos 522 km² identificados pelos satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

— Desde 2007, passamos a estudar a questão da degradação, que começa com o corte seletivo de árvores e chega à criação de pastos. Na Amazônia, a pecuária é uma forma de ocupação de território — diz Oliveira, acrescentando que os grileiros buscam consolidar a ocupação para, num segundo momento, exigir a posse da terra.

Segundo ele, até bem pouco tempo o desmatamento e a degradação ocorriam em períodos de seca. Nos últimos tempos, com a fiscalização por satélite, que permite

ao governo identificar áreas de invasão a cada dois ou três dias, a floresta está sendo desmatada ou degradada no período de chuvas, quando a visibilidade dos satélites diminui.

— É um jogo de gato e rato. A gente avança na fiscalização e eles buscam formas de burlar. Temos de ajustar estratégias o tempo todo — afirma Oliveira.

No início da semana, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, anunciou a criação da Força Nacional de Segurança Ambiental, cujo objetivo é manter ação permanente e ostensiva nas áreas críticas.

— Queremos chegar antes que o corte raso se efetive. Estaremos onde for necessário — aponta o diretor do Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento.